

Elaboração do PDM de Odivelas – proposta para discussão pública
Ata de Reunião de Concertação

Pág. 1 / 3

Assunto: Património Arquitetónico e Arqueológico

Local	CMOdivelas
Data	18-12-2012
Hora	10.30

Ordem de Trabalhos

1. Clarificação das opções quanto à ZEP conjunta que foi publicada para discussão pública e quanto à nova proposta de delimitação do Centro Histórico de Odivelas.
2. Clarificação de critérios e opções quanto ao Regulamento do PDM, designadamente quanto à nomenclatura classificativa legal.
3. Atualização da informação quanto a imóveis classificados e em vias de classificação e sua inclusão no Anexo II do Regulamento.
4. Delimitação e sobreposição de áreas de proteção à Área de Interesse Arqueológico em PDM ao Povoado Fortificado da Serra da Amoreira.
5. Outros

Assunto	Equacionamento – Síntese	Decisões Tomadas	Prazo de Execução	Responsável
Ponto 1	A DGPC esclareceu que a ZEP conjunta publicada para discussão pública não deve ser considerada para efeitos do PDM. A CMO clarificou então a sua fundamentação para a proposta de uma nova delimitação do Centro Histórico de Odivelas, agora reforçada pelo estudo de análise urbana de todo o conjunto do núcleo antigo efetuado no âmbito de investigação realizada no âmbito do projeto integrado de regeneração urbana.	A DGPC nada opõe à proposta da CMO.	Submissão da proposta do PDM e discussão pública.	
Ponto 2	A DGPC esclareceu a necessidade de integrar nas disposições regulamentares uma melhor descrição do enquadramento legal do âmbito desta matéria bem como da nomenclatura classificativa relativa aos monumentos, conjuntos e sítios.	A proposta será reformulada conforme o proposto pela DGPC. A CMO ficou de avaliar a melhor forma de integrar o artigo referente à vertente cultural no regulamento. Ficou acordado por ambas as entidades que a temática do património passará doravante a designar-se por Património Cultural, englobando assim os artigos dedicados ao Património Arquitetónico e Arqueológico.	Submissão da proposta do PDM a discussão pública.	
Ponto 3	A DGPC referiu a necessidade de se atualizar rigorosamente os dados relativos à identificação do património classificado e em vias de classificação e respetivas zonas de proteção e zonas especiais e de proteção. Esclareceu, ainda, a conveniência de os referenciar quer no Anexo II, quer no Anexo V do Regulamento. Reforçou ainda a necessidade de se proceder à substituição da simbologia	Quanto à reafirmação do património classificado e em vias de classificação no regulamento e respetivas zonas de proteção, a proposta será reformulada conforme o proposto pela DGPC. No que respeita à planta de condicionantes, ficou acordado que a situação será atendida.	Submissão da proposta do PDM a discussão pública.	CMO

Elaboração do PDM de Odiveiras – proposta para discussão pública
Ata de Reunião de Concertação

Pág. 2 / 3

Assunto	Equacionamento – Síntese	Decisões Tomadas	Prazo de Execução	Responsável
	da planta de condicionantes pela representação do perímetro de implantação dos imóveis (tal como acontece na planta de Ordenamento do Património).			
Ponto 4	Quanto à delimitação/sobreposição dos “buffers” à Área de Interesse Arqueológico (AIA) do Povoado Fortificado da Serra da Amoreira, existem ainda dúvidas de ambas as partes quanto à sua prevalência, Quanto à adequabilidade da simbologia no que respeita à representação da arqueologia na Planta de Ordenamento, foi apresentado pela CMO um esboço dessa sobreposição e explicado à DGPC a dificuldade da conjugação desta temática com os restantes elementos descritos na referida planta.	A DGPC, reiterou a necessidade da simbologia ser agregada ao ponto ou aos achados conhecidos. Assim ficou a CMO de avaliar outras possibilidades gráficas ou a desagregação das duas temáticas (Arquitetura e Arqueologia). Ficou a CMO de enviar via correio eletrónico o extrato dessa sobreposição para melhor avaliação especializada da DGPC.	Antecipadamente à submissão da proposta do PDM a discussão pública.	CMO.
Ponto 5	A CMO questionou a DGPC sobre a eventual inclusão de fitomónumentos no capítulo do Património Cultural para dar satisfação a recomendação do ICNF. A DGPC informou que, se de facto existem ou vierem a existir fitomónumentos classificados ou em via de classificação, nada opõe a que sejam enquadrados pelo capítulo do Património Cultural.	A CMO vai ponderar incluir no capítulo do Património Cultural uma disposição que enquadre outro tipo de monumentos que sejam objeto de inventariação e classificação com validade jurídica. Ficou acordado entre as duas entidades trocar informação até consolidar uma proposta final a integrar na versão para Discussão Pública. A CMO, através da sua Divisão de Cultura, verificará e enviará os imóveis de Interesse Municipal sujeitos a Zona Especial de Proteção.	Antecipadamente à submissão da proposta do PDM a discussão pública.	CMO.
	Não havendo mais assuntos a discutir, a reunião foi encerrada.			

[illegible]